



## RESENHA

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

Laiany Rose Souza Santos  
Doutoranda em Geografia – PPGEO/UFS  
Pesquisadora em Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – Laberur/NERA/UFS  
E-mail: [laiany.santos@gmail.com](mailto:laiany.santos@gmail.com)

Armando Bartra Vergés foi formado em Estudos em Filosofia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, no ano de 1966. Atua como professor pesquisador do Departamento de Relações Sociais da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco no México. Recebeu o título *honoris causa* da Universidade Nacional de Córdoba em 2011.

É um dos principais teóricos do campesinato na América Latina, cujas reflexões são balizadas nos referenciais analíticos do paradigma da questão agrária, compõe grande parte do corpo teórico de suas obras os debates sobre o campo, os camponeses e os *campesíndios*, conceito formulado pelo autor direcionado a explicar os processos profundos do país e do continente. O livro trata-se de uma coletânea de ensaios escritos ao longo de trinta anos, o que demonstra a atuação do autor na reflexão sobre o campo, compreendendo a si e aos camponeses como classe social.

Este é o primeiro livro do autor publicado no Brasil, através da série “Vozes do Campo”, que é uma iniciativa da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural de estimular os intercâmbios entre as produções científicas construídas na América Latina. A Cátedra tem como missão contribuir para o melhoramento da qualidade da vida das populações camponesas, através da realização de projetos de ensino, pesquisa, extensão, publicações e de eventos para promover e divulgar os avanços e desafios do desenvolvimento territorial sustentável de comunidades rurais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Informações obtidas do site da Editora Unesp. Disponível em:  
<<http://www.editoraunesp.com.br/catedra/institucional.asp>>. Acesso dia 23 de maio de 2015.

O livro está estruturado em cinco capítulos, uma breve apresentação, além de um prefácio escrito por Bernardo Mançano Fernandes<sup>2</sup>. No primeiro capítulo, “Economia política do campesinato”, o autor revela sobre a condição do campesinato no capitalismo, e do processo de produção-circulação. Segundo o autor “no capitalismo, todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que lhe deu origem”(VERGÉS, 2011, p.2), apoiando-se na teoria de Marx, que explica a exploração do trabalhador assalariado. Bartra constrói premissas para um enfoque alternativo que dá subsídios para destrinchar a chave de exploração do campesinato.

Segundo ele, essa chave está na condição, processo e consumação da exploração. A condição de exploração do trabalhador assalariado está na esfera do mercado, pois este vende sua força de trabalho como mercadoria, enquanto a condição camponesa está na esfera da produção, durante seu desenvolvimento em prol da reprodução. O processo de exploração é o inverso, ao passo que para o trabalhador assalariado esse processo ocorre na esfera da produção com o prolongamento da jornada de trabalho, para o camponês se dá na esfera do mercado, na transferência de excedente por meio de um intercâmbio desigual.

Assim, a consumação da exploração camponesa aparece na esfera da circulação, em que o intercâmbio desigual gera tanto capital valorizado quanto camponeses que mal podem repor suas condições. Para Bartra, “o processo global reproduz a unidade produtos-meios de produção e com isso reproduz a condição camponesa” (VERGÉS, 2011, p.25). Nesse sentido, o autor aborda diferentes caminhos da exploração existentes no mercado em que a produção camponesa ocorre: o de produtos, o de dinheiro, o de trabalho.

No mercado de produtos, ao serem incorporados ao mercado capitalista rompem todo nexo direto com sua origem. Assim, todo produto tem um preço de produção baseado na soma dos meios de produção consumidos, do preço da força de trabalho empregada e do lucro médio do capital. A fixação do valor de produção como elemento regulador permite obter um lucro médio. Nenhuma empresa capitalista pode vender sistematicamente a preços inferiores ao preço de produção.

Analisar esse panorama a partir da visão de conjunto dos mecanismos de transferência nos mostra uma característica peculiar da exploração camponesa no marco do capitalismo: seu caráter complexo e multiforme. O camponês no capitalismo integra-se a uma rede de relações de

---

<sup>2</sup> Bernardo Mançano Fernandes é professor Livre-Docente pela UNESP (2013). Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, onde preside a coleção Vozes do Campo e a coleção Estudos Camponeses e Mudança Agrária. Intelectual contemporâneo referência nos seguintes temas: teorias dos territórios, paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, reforma agrária, desenvolvimento territorial, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina.

exploração excepcionalmente complexa. Os mecanismos de exploração operam por meio da instância econômica, tendo suas bases nas relações imediatas de produção.

O montante real da exploração camponesa é a diferença completa entre seu rendimento e o valor de seu produto, ou uma grandeza menor: a diferença entre seu rendimento e o preço de produção de suas mercadorias.

No mercado de dinheiro não apenas há compra e venda de produtos no mercado capitalista, mas também requer, frequentemente, a obtenção de dinheiro adiantado por meio do qual há exigência de juros, por causa do ritmo lento e descontínuo da produção, necessidade de consumo e meios de produção. O crédito tem uma função dinâmica, assim é possível notar que a taxa de juros é condicionada pela escassez de dinheiro.

Os juros, mecanismos de exploração, é parte do trabalho materializado do camponês. Diferentemente do setor industrial que compartilha com o capital financeiro uma parte da mais-valia por ele expropriada, uma vez que o camponês, enquanto produtor direto, cede seu próprio trabalho excedente no pagamento do juro, e é justamente no momento de pagar esse juro que se consome a exploração.

Já no mercado de trabalho, com frequência o camponês não apenas vende produtos, mas também vende parte (geralmente jornada) de sua força de trabalho, caso os rendimentos totais obtidos como produtor independente não sejam suficientes para atingir uma reprodução equilibrada e o esforço empregado seja compensado pelas necessidades que o salário satisfaz. Ou seja, ele vende uma parte de sua força de trabalho porque sua renda como produtor direto não é suficiente para garantir a simples reprodução.

Essa situação coloca o capitalista que contrata a força de trabalho excedente do camponês em condições de obter desta uma transferência em forma de força de trabalho a ser paga por um preço abaixo de seu valor. A exploração do camponês proporciona lucros abusivos ao capitalista porque é capaz de vender sistematicamente sua força de trabalho por valores que seriam insustentáveis em um setor proletário normal.

Nota-se que há análise da totalidade das relações que abarcam a economia política do campesinato e suas contradições a partir do método dialético apresentado no segundo capítulo - “Os camponeses em questão”. Neste, o autor expõe algumas noções referentes aos camponeses, como marginais, polifônicos e transumantes, e além disso, explica a América profunda por meio da resistência indígena antes do processo de colonização até as resistências do terceiro milênio.

Assim como explica a condição do “polimorfismo” do campesinato que reside nas diferentes formas que assume ao longo da história. Sobre o campesinato, o autor afirma que se antes “lutavam



por terras para escapar da proletarização, no novo milênio rebelam-se contra a exclusão” (VERGÉS, 2011, p.98), ao passo que deixam de ser o celeiro de alimentos baratos e perdem espaço para a agroindústria de exportação. Assim, não só os camponeses “saíram perdendo, mas também recuaram nossas nações, cujos governos renunciaram [...] à segurança e à soberania alimentar” (VERGÉS, 2011, p.99). Além disso, o autor aponta que para além da produção de alimentos, os camponeses produzem a diversidade social e natural.

Bartra apresenta uma leitura da realidade a partir do México, contudo a todo tempo abarca a conjuntura sociopolítica global apresentando uma análise multiescalar desde uma perspectiva geopolítica, que nos conduz a perceber a importância da diversidade camponesa e o enfrentamento com a lógica de homogeneização do capital. Atualizando o debate a cerca da conjuntura de luta camponesa, o autor mostra o contexto de estreia da flamejante renda da vida, com a privatização de superfícies férteis, saque da diversidade da flora, fauna e microrganismos.

Nesse debate torna-se oportuno abordar o papel dos camponeses de assumir as premissas do chamado “desenvolvimento sustentável”, reconhecendo o valor sociocultural dos camponeses e também o valor ambiental. embora o capital explore, marginalize e retrate alguns camponeses como uma classe desnecessária. Isso subsidia o debate seguinte sobre o êxodo camponês, o qual afirma que “os lavradores e, em especial os indígenas, não são apenas polimorfos, mas também transterritoriais e onipresentes” (VERGÉS, 2011, p.109).

No terceiro capítulo, “Êxodos”, a ênfase reside nos processos migratórios Sul – Norte, México – EUA, América Central – México – EUA, decorrentes da mundialização do capital na agricultura, dos acordos econômicos regionais que subalternizam as economias camponesas, levando-as a uma crise profunda, o que para o autor é uma das causas da migração. Esse capítulo aborda as transformações estruturais, servindo como denúncia para a migração incontrolável, questionando o que e quem vai povoar o campo, assim como apresenta proposições nas diferentes experiências dos últimos 50 anos da campesinato mexicano.

Para o autor, o êxodo ocorre devido aos governos renunciarem também a soberania trabalhista. Como não oferecem condição de permanência digna, a família camponesa é impulsionada a ir ou enviar seus membros em busca de trabalhos assalariados, assim como também os trabalhadores assalariados que enviam uma remessa do seu salário para manter a família. Ainda de acordo com Bartra, “uma nação marcada por êxodos massivos e estruturais, e incapaz de aproveitar a força de trabalho dos seus habitantes, acaba colocando sua soberania nas mãos do país receptor de seus migrantes” (VERGÉS, 2011, p.119).

O autor afirma haver um deslocamento às avessas do processo de colonização, com a migração Sul sentido Norte (apesar de o México ter sua localização geográfica no norte é considerado geopoliticamente sul), convertendo os camponeses em viajantes incansáveis. Essas migrações têm rebatimentos econômicos importantes, uma vez que as remessas enviadas pelos migrantes ao México são mais do que o país recebe de investimento externo direto. Os migrantes constituem comunidades transterritoriais que definem a mundialização trabalhista, assim “mesmo quando estão separados por grandes extensões geográficas, o pertencimento mata a distância entre os camponeses” (VERGÉS, 2011, p.146).

O quarto capítulo, “Identidades multinacionais”, expõe a geopolítica do Plano Puebla-Panamá como um paradigma neocolonizador que segundo ele “confunde expansão econômica com desenvolvimento, saque com geração de riqueza e privatização com oportunidades”, em contraponto apresenta as resistências camponesas e suas alternativas.

Além disso, evidencia o fetichismo da cartografia que assinalou o “em cima” e o “embaixo” no mapa-múndi. Bartra, considera que o “Sul é geografia profunda, planeta enraizado. Batizado e colonizado por um Norte expansivo e colonizador [...], Sul é conceito geográfico, mas também simbólico” (VERGÉS, 2011, p.163-164), e que, portanto, necessita haver um rompimento desse pensamento, uma vez que os subordinados do Sul tendem a servir como força de trabalho relativa. Em sua discussão compreende que os países que negam a sua soberania (alimentar e trabalhistas) desguarnecem seu povo que é impulsionado a ser transumante.

O Plano Puebla-Panamá em seus distintos segmentos como o Plano Sul-Sudeste (sua parte mexicana) impacta também na migração camponesa, realizada principalmente por homens, tornando o campo mexicano cada vez mais feminino, e a metade da juventude desempregada. O autor chega a compreender esse plano como a nova expressão material da nossa submissão ao Império, já que propõe que para enfrentar esse processo será necessário “começar dentro de casa”, no sentido de fortalecer a coesão nacional usando a infraestrutura do Plano-Puebla-Panamá como mecanismo de coesão e desenvolvimento.

Assim, aponta a necessidade da soberania alimentar e trabalhista considerando-as como duas faces de uma mesma moeda, visto que “sem trabalho digno não há renda suficiente e sem renda há fome, desilusão e migração” (VERGÉS, 2011, p.199). Nessa perspectiva, Bartra entende os povos originários como paradigma de onde as propostas autonômicas e de autogestão serão cartas decisivas. Dessa forma, esse capítulo faz relação com o primeiro para definir as possibilidades dos novos camponeses, apresentados desde a cintura e profundidade do continente.



No quinto capítulo, “Camponeses em movimento”, há explanação sobre o que o autor conceitua como México profundo, ou seja, a história dos movimentos camponeses, sobre a organização, as disputas de força política que impõe ao campesinato uma constante dinâmica de resistir e de pensar novas estratégias, assim como relaciona o fator do êxodo aos novos camponeses que não vivem somente da terra, mas de remessas de familiares que estão nas cidades, em sua maioria em subempregos. Discute como o êxodo provoca aumento no preço da alimentação e as reivindicações por uma produção que leve em consideração diversidade da fauna, da flora e cultural.

Armando Bartra Vergés afirma que só é possível falar do camponês em seu engajamento político, e, portanto é possível perceber através da análise do autor os novos camponeses como uma classe excluída, um movimento vigoroso e centrípeto, que possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes. Por fim, o autor explica a importância de compreender a pluralidade quando analisar o campo e a condição camponesa que não está arraigada somente no campo, mas também nas cidades por conta do êxodo, dos planos de desenvolvimento e por isso também impulsionam os camponeses a se organizarem e em seu protagonismo fazer-se classe social.

Recebido em 16 de abril de 2014  
Aprovado em 22 de fevereiro de 2015

